

continua →

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível (*)	31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	327.373	327.373
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	42.455	42.455
Derivativos	31	(a)	Nível 2	219.233	219.233
Ativo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	1.415.866	1.415.866
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	12.734.234	12.734.234
Total				14.739.162	14.739.162
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	3.008.453	3.024.445
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.008.024	1.008.024
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	2.514.058	2.554.438
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	2.386.968	2.386.968
Mútuo com partes relacionadas (**)	28	(a)	Nível 2	672.403	672.403
Derivativos	31	(a)	Nível 2	46.223	46.223
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	619.768	619.768
Total				10.255.896	10.312.268

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 133.098 em 2025 (um ganho de R\$ 223.901 em 2024).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria/Mensuração:

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber - CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; e (v) convênios de arrecadação. • Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários - CDE; e (vii) passivo de arrendamento. Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros: Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. b) Instrumentos derivativos: A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerado o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador dívida	Moeda/ indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
Estratégia								
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei nº 4.131	3.807	—	3.807	9.626	(5.819)	US\$ + 1,83% CDI + 4,73%, a 1,25% a 1,26%,	fev/24 a jun/26	170.000
Empréstimos bancários - Lei nº 4.131	— (13.874)	(13.874)	(10.418)		(3.456)	lene + 0,92% CDI + 1,40%, renminbi	jul/26	360.000
Mútuo com partes relacionadas	9.982	—	9.982	13.551	(3.569)	+ 2,33% CDI - 0,36%,	set/28	660.000
	13.789	(13.874)	(85)	12.759	(12.844)			
Hedge variação índice de preços								
BNDES - Pré-Fixado	7.671	—	7.671	1.957	5.714	BRL de 2,35% CDI até 7,42%, a +1,40% a 104,30% a 111,07% ou	fev/25 a ago/28	497.942
Debêntures	197.773	(32.349)	165.424	261.248	(95.824)	IPCA + 4,3% a 6,20%, CDI + 0,11 a 0,60%,	jan/24 a abr/39	2.062.543
	205.444	(32.349)	173.096	263.205	(90.109)			
Total	219.233	(46.223)	173.011	275.964	(102.954)			
Circulante	3.807	(16.022)						
Não circulante	215.426	(30.201)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Atualização monetária e		Saldo em 31/12/2024 cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	595.146	(333.863)	14.681	275.964
Marcação a mercado	(238.709)	135.755	—	(102.954)
Total	356.438	(198.108)	14.681	173.010
Ativo circulante	290.740			3.807
Ativo não circulante	117.509			215.426
Passivo circulante	(346)			(16.022)
Passivo não circulante	(51.465)			(30.201)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado as dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente		
2025	2024	2025	2024	
Variação de taxas de juros	(57.086)	(5.632)	—	—
Marcação a mercado	105.836	(230.626)	150	625
Variação cambial	(276.777)	249.099	—	—
Marcação a mercado	29.769	10.882	—	—
Total	(198.258)	23.723	150	625

c) Ativos financeiros da concessão: Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício em 2025 de R\$ 469.006 (R\$ 476.065 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 24. d) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos

para gerenciar riscos de mercado. e) Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, lene, renminbi, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado: e.1) Variação cambial: Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%	Apreciação cambial de 50%
Instrumentos financeiros passivos	(175.638)		(14.054)	33.369	80.792
Derivativos - swap plain vanilla	175.880		14.074	(33.414)	(80.903)
	243	baixa dólar	19	(46)	(112)
Instrumentos financeiros passivos	(369.424)		(41.245)	61.422	164.090
Derivativos - swap plain vanilla	370.060		41.316	(61.528)	(164.372)
	636	baixa iene	71	(106)	(282)
Instrumentos financeiros passivos	(672.403)		(69.155)	116.235	301.624
Derivativos - swap plain vanilla	690.307		70.995	(119.330)	(309.656)
	17.903	baixa renminbi	1.841	(3.094)	(8.031)
Total	18.783		1.930	(3.247)	(8.426)

Total

Efeitos no resultado do exercício

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2025 foi de R\$ 5,50 para o dólar, R\$ 0,04 para o iene e R\$ 0,79 para o renminbi.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,94, R\$ 0,04 e R\$ 0,87 e a depreciação cambial de 8,00%, 11,16% e 10,28% do dólar, do iene e do renminbi respectivamente em 31.12.2025.

e.2) Variação das taxas de juros: Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Elevação/ Redução de índice em 25%	Elevação/ Redução de índice em 50%	
Instrumentos financeiros ativos	439.566			60.001	75.001	90.001	
Instrumentos financeiros passivos	(1.784.027)			(243.520)	(256.556)	(269.594)	
Derivativos - swap plain vanilla	(3.968.373)			(541.683)	(677.104)	(812.524)	
Ativos e passivos financeiros setoriais	796.098			108.667	81.501	54.334	
	(4.516.737)	alta CDI/SELIC	14,90%	(616.535)	(777.158)	(937.783)	
Instrumentos financeiros passivos	(6.010.002)			(578.763)	(434.072)	(289.382)	
Derivativos - swap plain vanilla	2.905.137			279.765	209.824	139.882	
Ativo financeiro da concessão	12.734.234			1.226.307	919.730	613.153	
	9.629.369	baixa IPCA	4,26%	927.309	695.482	463.653	
Total	5.112.633			310.774	(81.676)	(474.130)	

Efeitos no resultado do exercício

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

f) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7. Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita ajustada", refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	—	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PCLD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente. Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel. A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempna Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default* - *PD*"), Exposição na Inadimplência ("*Exposure at Default* - *EAD*") e Perda Dada a Inadimplência ("*Loss Given Default* - *LGD*"). Fatores macroeconômicos: Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuissem correlação direta ao nível de inadimplência. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários: A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. Derivativos: A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. g) Análise de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15		1.067.316	46.136	—	—	—	231.473	1.344.926
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16		75.139	240.465	1.419.015	2.978.323	57.973	288	4.771.203
Derivativos	31		—	—	16.022	—	—	30.201	46.223
Debêntures - principal e encargos	17		—	45.113	534.367	1.361.183	2.103.851	3.712.634	7.757.148
Taxas regulamentares			21.320	—	—	—	—	—	21.320
Outros	21		24.428	367.147	19.268	—	—	80.149	490.991
Consumidores e concessionárias EPE/FNDCT / PROCEL			24.428	323.063	2.744	—	—	80.149	430.384
Convênio de arrecadação			—	—	16.523	—	—	—	16.523
			—	44.084	—	—	—	—	44.084
Total			1.188.204	698.860	1.988.672	4.339.506	2.161.824	4.054.745	14.431.811

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2025 um valor de R\$ 21.424 (R\$ 17.310 em 2024) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27). Ainda em 2025, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 em 2024), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024.

33. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 2 anos	3.072.393	2.222.443	—	—	5.294.836
Compra de energia de Itaipu	Até 2 anos	681.799	596.122	—	—	1.277.921
Encargos de uso do sistema de distribuição	Até 2 anos	2.215.794	2.137.483	—	—	4.353.277
Projetos de construção de subestação	Até 5 anos	161.731	37.408	3.096	—	202.235
Fornecedores de materiais e serviços	Até 12 anos	1.370.364	1.694.901	131.151	—	1.684
Total		7.502.081	6.688.357	134.247	—	1.684

34. EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE PREÇOS ENTRE SUBMERCADOS - CCEE

A Companhia é parte ativa no processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, cujo pleito é a anulação dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, que determinou a obrigatoriedade da adesão ao mecanismo de alívio de exposição financeira para as operações realizadas no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As transações efetuadas sem a adesão ao mecanismo de alívio de exposição de diferença de preços entre os submercados resultaram num ganho de R\$ 437.800 em 16 de maio de 2002, a ANEEL emitiu o Despacho nº 288, considerando ilegal a opção da Companhia durante o período anterior à aprovação do ato. A Companhia, mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho

continua →